

GT 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educacionais**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS:
AS PRÁTICAS FORMATIVAS NO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
DE CAMETÁ-PA (DÉCADAS DE 1970 - 1990)**

Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

João Batista Wanzeler (UFPA)

APONTAMENTOS INICIAIS

Esta comunicação se propõe a analisar aspectos pontuais quanto aos processos educativos e formativos do movimento sindical, dando ênfase às práticas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá (STR-Cametá), localizado ao Nordeste do Estado do Pará e que se constituiu ao longo das décadas de 1970 à 1990, na principal entidade representativa dos interesses dos trabalhadores rurais do Município de Cametá. Aqui abordaremos as primeiras iniciativas formativas e as experiências sequenciais que proporcionaram a criação de espaços específicos de formação e qualificação dos trabalhadores rurais que atuavam no sindicato e como estas formações foram importantes para a construção de lideranças sindicais.

Ao falarmos em educação é comum associarmos ou relacionarmos com a escola. Isto porque a escola se tornou o principal espaço educativo na atual sociedade. Mesmo considerando a existência de uma exaltação a educação escolar, há de se registrar que nem sempre existiu esse veículo de educação. Ela apresenta o seu surgimento associado a propriedade privada e a constituição de uma sociedade dividida em classes, tendo por característica principal a divisão social do trabalho, fortemente influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2009, p. 226).

De acordo com Carlos Brandão, nas comunidades humanas onde ainda não se observa uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, ou onde o exercício social do poder não foi centralizado por uma classe como um Estado, existem ações educativas que não se desenvolvem nos espaços da escola, nem tem a escola como locus da aprendizagem. Existe a aprendizagem, no entanto, não se observa um ensino especializado e formal (BRANDÃO, 2007, p.32). Esta reflexão parece ser fundamental quando pensamos os processos formativos e educativos construídos nos espaços sindicais, pois são evidências de experiências de ensino que extrapolam o espaço escolar.

Diante de uma proposta que objetiva destacar os aspectos da formação sindical, utilizamos como instrumentos de informação os relatórios, atas de reuniões e cartilhas educativas. A idéia foi, para além de uma identificação de informações, analisar estes dados à luz do contexto em que foram produzidos. Associamos ainda com os resultados das entrevistas realizadas com lideranças sindicais que testemunharam os acontecimentos registrados na documentação escrita. Isto permitiu compreender como indivíduos experimentaram e interpretaram acontecimentos e situações que envolveram o objeto de estudo (ALBERTI, 1989, p. 52), no caso o sindicato rural e processo de formação de sindicalizados e lideranças. Para melhor compreensão das questões apresentadas dividimos esta comunicação em dois momentos: um primeiro caracterizado pela apresentação de conceitos que envolvem a idéia de educação popular e a relação com a formação sindical. O segundo momento, apresentamos os principais aspectos que envolviam a formação no interior do STR-Cametá.

QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO, CONCEITUAIS E DE LITERATURA

As legislações construídas no Brasil, principalmente na década de 1990, reconheciam as experiências de ensino que extrapolavam os espaços escolares. Para a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 no seu Art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, na Educação e formação no *movimento sindical, movimentos sociais e organizações da sociedade civil* e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996). Neste aspecto, a educação está presente em todos os espaços em que há socialização, “aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle, (em momento) de aventura de ensinar-e-aprender” (BRANDÃO, 2007, p. 26).

Considerando as reflexões de Carlos Brandão, para quem a educação põe-se presente nos diferentes espaços de socialização e que constrói estratégias seguindo os interesses

construídos nestas experiências de compartilhamento de interesses, é possível afirmar que a concepção pedagógica e política que sustenta as atividades formativas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá foi construída no âmbito da educação popular, pelas matrizes discursivas associadas principalmente à Teologia da Libertação.

De acordo com os estudos de Carlos Brandão (1986), existem diferentes formas para se compreender a *Educação Popular*, questão que nos ajuda a analisar as estratégias educativas e de formação no STR-Cametá. No caso, destaca-se quatro diferentes sentidos da educação popular como o saber da comunidade e conhecimento popular, como ensino público, como educação das classes populares e como educação da sociedade igualitária. Estas concepções, no entanto, não serão aprofundá-las, pois o espaço desta comunicação não permite, mas serve para tornar perceptíveis que existem visões diversificadas sobre a educação popular, que esta não pode ser tomada como absoluta, sob as demais formas educativas. Dentre estas diferentes perspectivas concebemos a educação das classes populares, não necessariamente como sinônima da educação de jovens e adultos embora elas se entrecruzem em algum momento na história da educação de grupos socialmente excluídos.

As reflexões de Marlene Ribeiro (2010) contribuem para pensarmos os processos educativos no interior dos sindicatos, considerando as reflexões em volta da educação popular. Para esta autora, não há acordo quanto à delimitação do conceito de educação popular, tal a multiplicidade de práticas às quais é aplicada. No entanto, pontua que um dos aspectos que define a educação como popular é que esta não se aplica às classes que detêm o poder econômico e político, mas envolvem grupos excluídos das instâncias de dominação, ou são atingidos pelo exercício de domínio na condição de dominados.

Ao fazer referência a educação popular estamos assumindo o conceito de educação criado pelas classes populares, considerando as práticas desenvolvidas por estes agentes. No caso, trata-se da educação que foi forjada pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas constantes para enfrentar as contradições do capitalismo, que dão sustentação aos seus cursos de formação política e escolas de trabalhadores. Uma educação que é popular não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada ou de outras ações promovidas pelo poder público, mas porque o ensino “vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia” (BRANDÃO, 1986, p.48).

Acrescentamos ainda que a educação das classes populares acompanha seus grupos sociais, seja nas associações, nos partidos políticos, nos movimentos sociais ou nos sindicatos. Em cada momento histórico desenvolveu importante papel na vida dos sujeitos, através de

programas e projetos de organização trabalhista. Sobre a prática educativa dentro do movimento sindical é intrínseca, não há como dicotomizar o fazer educativo das ações sindicais, pois o ato educativo encontra-se presente nas práticas cotidianas, tanto nas ações de massa como no devir das ações cotidianas. Sobre esta questão Silvia Manfredi (1996, p. 24) destaca que a educação sindical se configura como, aquelas práticas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro e cinema, etc.

O STR-CAMETÁ E A EDUCAÇÃO SINDICAL

O entendimento sobre o mundo rural, ou seja, suas especificidades, necessidades e potencialidades deve ser construído, no entanto, considerando os processos políticos vivenciados: as razões das desigualdades e a opção brasileira pela priorização das políticas de desenvolvimento voltadas para os espaços urbanos, destacando a oposição entre campo e cidade. Orientado pela diretriz econômica, o Estado brasileiro concentrou esforços na impulsão do modelo desenvolvimentista urbano industrial com o intuito de elevar o País à condição de grande potência econômica mundial. Estávamos vivenciando um momento em que as políticas agrícolas foram, em certa medida, colocadas na condição de subordinação ao processo de industrialização pautado na substituição de bens de consumo e de produtos da indústria pesada. A agricultura, ora ancorada na monocultura de exportação, dependia de máquinas, implementos e insumos químicos. Era um tempo de ampliação de fronteiras agrícolas, centradas nos cultivos de café, soja, trigo, cacau e cana-de-açúcar. Para tanto, as estruturas do Estado foram direcionadas para oferecer a esse segmento agrícola crédito, assistência técnica e extensão rural, vinculadas à adoção de pacotes tecnológicos. A chamada pequena produção esteve à margem das políticas de fomento, demandando dos pequenos proprietários maior capacidade de articulação e organização, no intuito de reivindicar benefícios que fomentem a agricultura baseada na produção familiar ou em pequena escala (WATANABE, 2010, p. 169).

Embora a estratégia de defesa da grande propriedade mostrou-se exitosa, pois economicamente favoreceu o país ao atingir índices invejáveis, em relação aos patamares dos países subdesenvolvidos, mas foi também indutora de desigualdades. Grande parte da

população brasileira, em especial do campo, passou a acumular demandas no atendimento de suas necessidades básicas. Podemos percebê-las no âmbito da infraestrutura, com ausência ou má qualidade de vias de acesso, de transporte público, de moradia e educação (HENRIQUE, 1998), condições que estimularam a criação de organização de trabalhadores como STR-Cametá.

Quanto ao STR-Cametá, este divide a formação sindical em duas modalidades que devem ser compreendida de forma interrelacionadas: a formação programada e a formação na ação. No caso da primeira, esta acontece essencialmente através de encontros, cursos e oficinas. Para a formação na ação, ocorre nas mobilizações como passeatas, assembleias, conselhos deliberativos, acampamentos, nos congressos, ou seja, no fazer cotidiano da ação sindical. Porém, é preciso que seja planejada e tenha a intencionalidade de formar.

Fundado no dia 14 fevereiro de 1974, tendo como uma das justificativas de sua criação a implantação do Fundo de Assistência aos Trabalhadores Rurais (FUNRURAL), o STR-Cametá, surge vinculado e com apoio do Governo Federal. A intenção das instâncias governamentais era, através do controle do FUNRURAL, fazer do sindicato um instrumento de manutenção política do governo militar, vigente na época. O objetivo era controlar os recursos beneficiários, assim como as relações políticas, uma vez que os primeiros presidentes do STR-Cametá eram indicados pelo gestor estadual, prefeitura ou presidente do país. Esta situação evidencia uma relação de poder diretamente associada à atuação do Estado no contexto sindical. Isto quer dizer que o STR-Cametá tinha autonomia limitada, o que era explicada pelo controle exercido pela administração governamental.

Nesse momento a educação dentro do movimento sindical rural passa a sofrer influência principalmente pela teoria tecnicista, defendida pelos agentes de governo, e pela teoria da libertação, vinculada a Igreja Católica. No interior dos sindicatos os grupos políticos se dividiam e se articulavam, ou ligados ao ministério do trabalho, ou as organizações de apoio aos camponeses. No STR-Cametá esta divisão se refletia na produção dos cursos voltados para a administração sindical. Observa a presença de formações mais burocráticas, como o desenvolvimento de habilidades para preenchimento de fichas de filiação e inscrição em programas de atendimento aos trabalhos rurais sindicalizados. Para este caso, o senhor Raimundo Moraes, ex-secretário do STR-Cametá lembrava das várias reuniões que foram feitas para que “apreendessem a elaborar e preencher os talões de pagamento do sindicato, os guias de encaminhamento médico, e até elaborar as atas de reuniões.”¹

¹ Entrevista com Raimundo Moraes, ex-secretário do STR-Cametá, em Cametá, dezembro de 2011.

Outras reuniões, lembrava o ex-secretário, era para se estudar sobre a importância do sindicato para melhorar as condições de vida dos associados, embora se observasse um certo grau de preocupação, pois vivia-se um regime de controle das atividades sindicais, principalmente as atividades políticas. Em ata de reunião datada de 28 de fevereiro de 1976 observa-se a preocupação de alguns associados quanto a importância em se estudar sobre as leis que organizavam os sindicatos, e a necessidade de se criar ações que estimulasse a sindicalização maior dos trabalhadores rurais. Chega-se inclusive a solicitar junto ao presidente do sindicato que tomasse providências quanto a solucionar os problemas da falta de escolas para os filhos dos trabalhadores rurais, uma vez que um grande número de crianças na faixa etária de 15 anos e menores não sabiam ler ou escrever.²

Na Assembléia Geral de 27 de março de 1976, o movimento sindical rural demonstra sua preocupação com a educação ao incluí-la como ponto temático a ser debatido. No caso, abarcava uma série de questões que naquele momento se traduzia nas necessidades dos trabalhadores. Demandavam por políticas educacionais para as populações do campo, e foram discutidos programas de educação como o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)³, preparação de mão-de-obra, formação de dirigentes sindicais, difusão das práticas agrícolas, assim como explicações sobre o próprio funcionamento do sindicato.⁴

As assembléias se constituíram como espaços importantes, decisórios onde ocorriam as deliberações que davam o rumo ao movimento. Desde as primeiras assembléias algumas deliberações em torno da formação sindical foram tomadas como: a realização de encontros sobre educação sindical para os educadores sindicais, construção de princípios para nortear o movimento, priorizar a criação de um programa integrado de formação envolvendo os sindicalizados, visando uma formação permanente e ainda a necessidade de manter o treinamento de formação de lideranças sindicais, como atesta a ata de reunião de 09 de abril de 1976.⁵

A construção de um modelo formativo de caráter mais político do que técnico, voltado para os trabalhadores de base, foi se constituindo durante a década de 1980. Após os primeiros passos, é possível identificar no decorrer desta década maior preocupação em construir um sindicato mais atuante e capaz de desenvolver estratégias de lutas em defesa dos

² Ata da reunião Ordinária da diretoria do STR-Cametá, realizada em 28 de fevereiro de 1976.

³ Criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*". Mantido pelo Regime Militar, o objetivo era proporcionar alfabetização e letramento a pessoa acima da idade escolar convencional (CORRÊA, 1979, p. 65).

⁴ Ata de reunião da Assembleia Geral do STR-Cametá, em 27 de março de 1976.

⁵ Ata da reunião Ordinária da diretoria do STR-Cametá, realizada em 09 de abril de 1976.

trabalhadores rurais. De acordo com Zé Capina, ex-presidente do sindicato, era preciso “fazer a luta desses trabalhadores”. O entendimento era que o sindicato não devia se preocupar apenas com atendimento médico ou preenchimento de ficha, pois isto não era papel do STR-Cametá, mas trazer pessoas que pudessem orientar no sentido de observar qual era o verdadeiro papel do sindicato, alertava o ex-presidente. No caso, lembrava que a diretoria, se fosse fazer uma avaliação, poucos diretores sabiam de fato o que fazia um sindicato, “eram pessoas sem formação política e sem consciência do que fazer”,⁶ o que justificava a criação de cursos de formação para estes potenciais líderes sindicais.

De acordo com Célia Watanabe (2010, p. 168), nos anos de 1980 e décadas posteriores, a ênfase para a educação sindical era a discussão sobre o papel do sindicato como representação de classe, a ação sindical pela reafirmação das bandeiras de luta, a necessidade de articular a luta do campo e da cidade, o que em parte explica a preocupação das lideranças do STR-Cametá. É atribuído à formação o papel de contribuir com a categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais nas reflexões sobre qual sociedade interessa e como a ação sindical poderia potencializar a transformação da realidade. “A dimensão dos direitos que compunham as lutas gerais da sociedade civil organizada nessa década era também prioritária para o movimento dos trabalhadores rurais”. Quanto ao contexto político nacional estava pautado em grandes mobilizações pela redemocratização do País. Neste momento diversos segmentos sociais buscavam fortalecer suas organizações para avançar na luta por direitos e superar as demandas sociais represadas pelos governos militares.

Neste contexto, as propostas formativas passaram a estar presentes em vários momentos de discussão entre sindicalizados e a diretoria do STR-Cametá. O relatório do V Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, realizado entre 23 e 25 de julho de 2003, sintetiza a longa preocupação do sindicato em promover uma formação dos seus associados e de suas lideranças.⁷ Mostrava que na trajetória do sindicato se observou um itinerário formativo tendo por eixo temático a ação sindical e desenvolvimento rural, incluindo nas preocupações mais recentes o debate sobre desenvolvimento sustentável e solidário. Registra-se ainda presença de um eixo pedagógico, de memória e identidade, sendo que a pedagogia é apresentada como instrumento para uma nova sociabilidade do conhecimento (devia unir os trabalhadores pela via do aprendizado sobre o sindicato), tendo

⁶ Entrevista com Zé Capina, ex-presidente do STR-Cametá, março de 2013.

⁷ Relatório do do V Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, realizado entre 23 e 25 de julho de 2003.

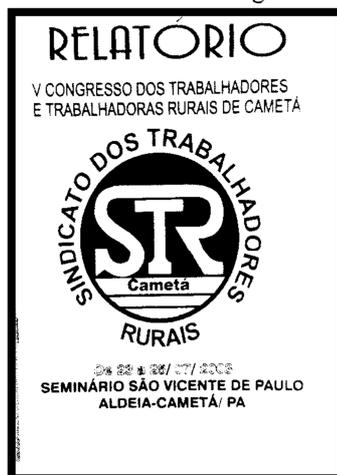
nos módulos os temas: estado, sociedade e ideologia; história, concepção e prática sindical; desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Este itinerário formativo foi organizado de forma sequencial, criando uma co-responsabilidade entre os participantes. No caso, quando do término dos cursos na sede do sindicato que reúne as principais lideranças da região, estas lideranças assumem o compromisso de fazer formações em suas comunidades, sendo que para a etapa seguinte as lideranças devem adequar a formação anterior as condições específicas de suas comunidades. Isto parece ser uma diretriz tomada pelos trabalhadores e devia regular todas as demais formações a partir de então. A proposta é que permanecessem os eixos temáticos e pedagógicos, no entanto o recorte dos temas acompanharia a vivência dos espaços formativos. Dentre deste pacote de formação se observa os cursos de formação política para diretores e jovens. Ou seja, são espaços complementares da formação, nestes cursos são planejados os módulos e estabelece-se como momento em que os educandos, agora na condição de educadores tem a responsabilidade de pensar e refletir sobre sua prática, e construir novas propostas na busca da multiplicação criativa, considerando o lugar ou a comunidade rural em que atuarão.

Evidencia-se nos eixos de formação, elementos para uma nova sociabilidade a partir de raízes da identidade camponesa e de classe. Compreender as questões que fundamentam a sociedade desigual, excludente para a maioria da população, identificar o lugar onde os preconceitos se fazem presentes, se constituíam como trilhas necessárias para se contrapor e buscar uma nova construção social. Neste aspecto, o eixo pedagógico do qual falamos, se propõe a desenvolver uma pedagogia que procura contribuir para que os sujeitos reflitam sobre os sentidos da vida e sobre a reinvenção da emancipação humana. Uma pedagogia que estimule o olhar crítico sobre a realidade e que negue a perspectiva mercantil apregoada pelo capitalismo em suas reinvenções na sociedade contemporânea e que produza um sentimento de revolta e insatisfação quanto as condições de exclusão vivida por estes trabalhadores.

Ainda considerando os registros presentes no relatório do V Congresso do STR-Cametá, de julho de 2003, destaca-se a necessidade de se trabalhar com temáticas específicas da região. No entanto não se abriu mão de que o marco central residia no desfecho político que o curso devia atingir enquanto estratégia mobilizadora e capaz de envolver os sindicalizados e lideranças rurais da região. O questionamento girava em torno de todas as aprendizagens obtidas através desses processos formativos e das mudanças que os educandos poderiam alegar no decorrer do curso, além da afirmação da multiplicação criativa que assumiram ao dizer que iriam levar para a base os conhecimentos obtidos nestes cursos.

Figura 01: Capa do Relatório do V Congresso STR-Cametá, 2003.



Fonte: Acervo do STR-Cametá.

De acordo com Antonio Nascimento (2010, p. 35) os conteúdos desses processos educacionais vivenciados nos sindicatos brasileiros, ao longo dos anos de 1980, foram organizados de acordo com a experiência histórica de cada grupo humano com o qual se punha em contato. Em geral, eles seguiam uma linha que partia do auto-reconhecimento dos trabalhadores como pessoas, passando pela necessidade de defesa e preservação da própria existência, pela descoberta da força da própria organização social como meio de assegurar e ampliar os seus espaços de existência como indivíduos e como classe.

A formação sindical rural em Cametá contou com apoio de setores da Igreja, como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), ou ainda, com instituições governamentais e sociedade civil como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e Associação Paraense de Apoio à Comunidades Carentes (APAAC). Como se observa, foram parcerias formadas no intuito de promover formação para os trabalhadores/as rurais. A perspectiva formativa ia desde a formação político sindical até a formação profissionalizante, chamadas de capacitações técnicas, geralmente de curta duração. Neste aspecto, se observa que a educação no sindicalismo está presente tanto na luta, nas mobilizações, ações coletivas, quanto na formação programática, ou seja, àquela que possui maior rigor teórico e metodológico.

A revista do STR-Cametá datada de 2004, além de destacar o apoio de entidades religiosas, da sociedade civil e governamentais, como apontamos anteriormente, destacava o processo histórico de formação do sindicato, assumindo também um papel estratégico de formação dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais.

Figura 02: Capa da Revista do STR-Cametá, 2004.



Fonte: Acervo do STR-Cametá.

Uma última faceta da formação sindical estava associada ao apresentado quanto ao fortalecimento da agricultura cametaense, principalmente quanto ao melhor uso da terra, implementos, adubos e organização dos trabalhadores do ponto de vista produtivo, como por exemplo a criação de cooperativas. Sobre este aspecto, o ex-presidente Zé Capina, ressalta a participação de alguns parceiros efetivos como APACC e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).⁸ Este apoio se efetiva com a contribuição qualitativa destas entidades, através da elaboração e execução de cursos de formação para os pequenos agricultores associados ao sindicato, abrangendo os tópicos sobre corporativismo, manejo, pós-colheita, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Brasília 1996.

CORREIA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRA, 1979.

⁸ Entrevista com Zé Capina, ex-presidente do STR-Cametá, março de 2013.

HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). **Economia & Trabalho** – Textos básicos, Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

NASCIMENTO, Antonio Dias. Construindo trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão – o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990. **Revista da FAEBA: educação do campo e contemporaneidade**, Salvador, v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992).

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: escrituras Editora, 1996.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. A escola pública: considerações a partir da divisão social do trabalho. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p. 223-233, jun.2009.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WATANABE, Célia Hissae. Desenvolvimento rural sustentável solidário e a formação sindical: a experiência da CONTAG. In: **Revista Raízes**; v. 29, pp. 166-173, n. 1, jan. – jun./2010.